

Relatório Final do Grupo de Trabalho

Tema: Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios

1. Introdução:

1.1. Justificativa: A CGU tem novo programa de fomento à adoção de medidas de transparência, integridade em municípios, mas este poderia ser potencializado pelo envolvimento de parceiros do CTPCC. Alinhamento com as ações previstas no 4º Plano de Ação da OGP. Anexo 1.

1.2. Objetivo da iniciativa: Trazer contribuições dos atores do Conselho para o Programa Time Brasil.

1.3. Composição do Grupo de Trabalho:

Coordenação: Controladoria-Geral da União		
Co-responsáveis pela iniciativa	Governo	Ministério da Economia
	Sociedade Civil	Agenda Pública
		Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
		Conselho Nacional de Controle Interno

1.4. Contexto:

Programa Time Brasil: Transparência e Integridade em Municípios e Estados. Ano de criação: 2019. Objetivos: O Time Brasil é o programa da CGU para melhorar a gestão pública e fortalecer o combate à corrupção de municípios e estados em todo o Brasil. A iniciativa funciona de forma cooperativa entre os

entes federados, a CGU e os órgãos parceiros. São seus principais objetivos: fortalecer políticas de transparência local; implantar funções de controladoria; disseminar boas práticas de integridade pública; e estimular ações de participação e controle social. Antecedentes: Em 2018, o antigo Fortalecimento da Gestão Pública (FGP) foi remodelado em um novo programa de caráter experimental, acrescentando algumas iniciativas realizadas pelo Programa Brasil Transparente (PBT) e boas práticas de integridade pública e de participação social já aplicadas em outras áreas da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC). A iniciativa foi batizada, informalmente, de Programa “Pacto”, estendendo-se entre março de 2018 e março de 2019. O “Pacto” concebeu uma nova forma de cooperação entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e 11 municípios, distribuídos em 10 estados selecionados (DF, GO, PE, PR, PB, ES, SP, RJ, SC e AL) com o objetivo de promover mudanças na gestão pública dos entes subnacionais para institucionalizar a capacidade de detecção e prevenção da corrupção. Para acompanhar o piloto e viabilizar a cocriação do programa, foi implantado o Comitê Gestor do Pacto com a presença de todas as regionais da CGU coordenadoras de municípios. Com reuniões mensais, no Comitê eram apresentadas as conquistas e dificuldades de implementação dos planos de ação municipais e, desta maneira, eram construídas as principais diretrizes do programa. Em 2019, o programa “Pacto” sofreu algumas reformulações: sua matriz de ações foi simplificada e o programa foi renomeado oficialmente como “Time Brasil”. A principal mudança, todavia, foi a iniciativa de se realizar um piloto em larga escala, mas atuando somente em um único estado – Goiás, com a intenção de se atingir todos os seus 246 municípios, e contando com o apoio de uma rede de parceiros institucionais locais, regionais e nacionais. Regulamentação: Os programas semelhantes da CGU, já descontinuados (FGP e PBT), foram instituídos por portarias (ainda não revogadas). No entanto, o programa Pacto (piloto do Time) e o atual Time Brasil não tiveram suas portarias publicadas, embora exista uma minuta de texto aprovada pela Diretoria de Transparência e Controle Social. Assim, a fundamentação normativa do programa pode ser encontrada somente no Decreto nº 9.681, de 03/01/19, que estabelece: “Art. 17. À Diretoria de Transparência e Controle Social compete: III - apoiar e orientar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na implementação de políticas e programas de prevenção da corrupção, de promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social”. Instrumentos do programa: a) Plano de Ação: detalhamento dos compromissos assumidos pelo participante, incluindo solução, prazo e responsável; b) Termo de Adesão: documento simplificado em que a autoridade máxima do ente se compromete com o programa; c) Portaria de Nomeação: instrumento em que são nomeados os integrantes de um grupo de trabalho local, responsáveis pela implementação do programa e interlocução com a CGU; d) Matriz TIP (Transparência, Integridade e Participação): matriz de maturidade com uma relação de itens para o ente construir o seu

Plano de Ação, incluindo determinações legais e boas práticas para gestão administrativa; e) Trilhas TIP: conjunto de materiais de capacitação (cursos EAD, cartilhas, manuais, etc.) por meio do qual o ente poderá aprimorar sua gestão nos três eixos do programa.

Time Brasil em Goiás: No atual formato, o Time Brasil foi lançado, no segundo semestre de 2019, no estado de Goiás. A primeira oficina foi realizada em Uruaçu, nos dias 10 e 11 de setembro. A segunda capacitação ocorreu em Goiânia, nos dias 29 e 30 de outubro. Os dois municípios funcionaram como cidades polo da região, sendo possível, portanto, a participação de representantes de outros municípios do estado. Foram dois dias de treinamento, com palestras sobre temas de controle interno, ouvidoria, corregedoria, transparência, prevenção à corrupção, integridade pública, participação social e atividades práticas para realização de autoavaliação e elaboração de plano de ação para adesão ao Time Brasil. Os números abaixo sintetizam o lançamento do programa: • Número de municípios sensibilizados: 246 • Número de municípios capacitados: 89 (36% do total de sensibilizados) • Número de pessoas capacitadas: 270 • Número de planos de ação recebidos: 12 (13,4% do total de municípios capacitados) Parcerias estabelecidas: Em tratativas e articulações para o desenvolvimento do Time Brasil em Goiás, a Superintendência da CGU em Goiás e a CFECS formalizaram uma rede de 15 entidades parceiras para a condução do programa, além do apoio específico da unidade da CGU no estado, para a realização de oficinas e do monitoramento. A principal articulação no estado de Goiás ocorreu por meio do Fórum Goiano de Combate à Corrupção em Goiás (Focco-GO). Além dessas instituições locais, o Time Brasil também envolveu a Associação Goiana de Municípios (AGM), a Federação Goiana dos Municípios (FGM), a União dos Vereadores do Estado de Goiás (UVEGO) e o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Em 20 de fevereiro de 2020 realizou-se na sede da Superintendência da CGU em Goiás, a reunião de planejamento para as atividades de acompanhamento dos planos de ação dos 12 municípios aderentes ao Time Goiás. Definiu-se pela divisão dos municípios entre a CGU e a Controladoria-Geral do Estado de Goiás, com o suporte do Ministério Público de Goiás, especificamente pela Coordenação da Área de Atuação do Patrimônio Público e Terceiro Setor, conforme tabela:

CGU-Goiás	CGE-Goiás
Alexânia	Acreúna
Bela Vista	Barro Alto
Cidade Ocidental	Campos Verdes
Goiânia	Rianópolis
Nerópolis	Rio Verde
Senador Canedo	Santa Terezinha de Goiás

População atingida: 2.042.716 (dois milhões, quarenta e dois mil, setecentos e dezesseis habitantes). Estratégias: Posteriormente à participação em uma das oficinas realizadas no estado de Goiás (Uruaçu e Goiânia), os gestores interessados em ingressar no Time realizaram em seus municípios o autodiagnóstico, preencheram o Plano de Ação e encaminharam à CGU o Plano de Ação, o Termo de Adesão ao Programa e uma Portaria com designação de um grupo de trabalho local. O Programa tem como premissa a pactuação de compromissos com duração de até um ano no município, contado a partir da entrega do Plano de Ação pela prefeitura, dentro do qual ele deverá cumprir os compromissos assumidos nesse documento. Os Planos de Ação estão publicados a página web do Time Brasil para fins do controle social, compartilhamento de documentos e soluções produzidas durante a implementação dos itens propostos.

2. Ações essenciais realizadas para o cumprimento das iniciativas

2.1. Reuniões do GT

- Reunião do GT da Iniciativa 3.5 em 15 de julho de 2020. Anexo 2.
- Reunião do GT da Iniciativa 3.5 em 27 de novembro de 2020. Anexo 3.
- Reunião do GT da Iniciativa 3.5 em 18 de março de 2021. Anexo 4.

2.2. Acompanhamento dos Planos de Ação em 2020, disponíveis na página web do Time Brasil.

2.3. Acompanhamento das ações realizadas em 2020

Em 2020 foram realizadas as seguintes atividades no âmbito do programa: • Proposta de integração da Matriz TIP ao questionário da estratégia de avaliação de suscetibilidade a fraude e corrupção das organizações públicas nos estados do Tribunal de Contas da União; • Proposta de regulamentação do Time Brasil e do Grupo de Trabalho criado em 2019; • Revisão da Matriz TIP em três níveis de Transparência, Integridade e Participação, configurada, ainda em Excel, para o ano de 2021, em linguagem técnica e cidadã; • Produção de material técnico para as Trilhas TIP, específicos para municípios e estados. São manuais, cartilhas e documentos para facilitar a implantação dos planos de ação; • Elaboração do Manual Time Brasil; • Elaboração do Roteiro Time Brasil para suporte aos Núcleos de Ações de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção; • Realização de 03 webinars: Conflito de Interesses, Gestão de Riscos e Portal e Política de Transparência para gestões municipais e estaduais, atendendo as demandas de capacitação sobre os temas dos municípios goianos aderentes; • Apoio à gestão dos 15 planos de ação dos entes federados aderentes em Goiás, Rondônia e Santa Catarina, totalizando ao longo do ano 32 reuniões realizadas; • Realização de reuniões com o Grupo de Trabalho da iniciativa 3.5 Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios, do Conselho de Transparência e PCC. Produtos esperados: acompanhamento do Piloto do Programa Time Brasil, acompanhamento dos planos de ação municipais, capacitação de gestores municipais e proposta de ampliação e estratégia para o Programa Time Brasil; • Produção de avaliações do programa para subsidiar a expansão em 2021 aos demais entes federados; • Prospeção de parcerias e/ou cooperação técnica com órgãos governamentais e/ou sociedade civil para potencializar as ações do Time Brasil.

3. Produtos esperados

Acompanhamento do Piloto do Programa Time Brasil
Acompanhamento dos planos de ação municipais
Capacitação de gestores municipais
Proposta de ampliação e estratégia para o Programa Time Brasil

1. Reunião de avaliação dos resultados do projeto piloto no Estado de Goiás em 11 de dezembro de 2020. Vídeo da reunião disponível em: <https://cgugovbr.sharepoint.com/:f:/s/oe-stpc-dtcgab-timebrasil/Eo6YyB0VfeVLgYBvU23o090B11WP1ob2sLLFm3nu9kn0ZA?e=clYsCa>

2. Reunião de encerramento das atividades do Time Brasil em 2020, contando com a participação dos órgãos parceiros no Estado de Goiás em 2020, em 16 de dezembro de 2020.

Vídeo da reunião disponível em:

https://cgugovbr.sharepoint.com/:f:/s/oe-stpc-dtcgab_timebrasil/EI8NpsKJS1RDv_jkHehUVIEBRPSX1QtvPY3aFedlgZhntA?e=62carQ

3. Resultados da avaliação aplicada aos Grupos de Trabalho dos municípios aderentes ao Time Brasil, do projeto piloto no Estado de Goiás.

Apresentação disponível em:

https://cgugovbr.sharepoint.com/:f:/s/oe-stpc-dtcgab_timebrasil/Eo6YyB0VfeVLgYBvU23o090B11WP1ob2sLLFm3nu9kn0ZA?e=clYsCa

4. Protocolo de intenções com Agenda Pública, processo SEI nº 00190.110798/2020-69, para desenvolvimento de futuras ações de suporte aos municípios do Time Brasil.

5. Ampliação do Time Brasil para as 26 unidades da federação, cujos planos operacionais estão registrados no sistema e-AUD. Metas para 2021: Estipular prazos e o incremento visado para cada meta. a) Divulgação nacional do programa; b) Prospecção e fortalecimento das parcerias locais e nacionais para apoiar o programa; c) Ampliação da base de estados e municípios participantes; d) Racionalizar o acompanhamento dos entes e o monitoramento dos planos de ação; e) Aprimorar os materiais e estratégias de capacitação.

Não foram identificadas estratégias para propor ação com sociedade civil para dar capilaridade e promover a sustentabilidade do controle social, sendo este um produto importante para ser alcançado em 2021 com a ampliação do programa Time Brasil para todas as 26 Unidades da Federação.

4. Conclusões e considerações finais

O exemplo de Goiás ilustra as múltiplas possibilidades de parcerias que se abrem, de acordo com as especificidades de cada estado. Alguns desses órgãos com atuação nos estados também se articulam com a CGU em âmbito nacional para colaborar com a execução do programa.

A esse respeito, a Estratégia Nacional de Prevenção a Fraude e Corrupção proposta pelo TCU para organizações públicas federais, estaduais e municipais, menciona o Programa Time Brasil como um dos possíveis canais para indução de melhoria contínua nos estados e municípios que serão objeto de avaliação por parte daquele órgão.

O Conselho Nacional de Controle Interno -CONACI propõe um trabalho conjunto visando estabelecer parâmetros para as estruturas de controle interno, por parte de municípios, o que dialoga com o eixo Integridade do Time Brasil. A Agenda Pública pretende atuar em parceria para estabelecer processos pedagógicos para capacitação das equipes responsáveis pelos planos de ação.

Sugerimos a manutenção do GT “*Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios*”, para acompanhar o desenvolvimento do programa em 2021 e apoiar o estabelecimento de estratégias de suporte aos municípios aderentes, capacitação dos grupos de trabalho e novas ferramentas para comunicação, utilizando as redes sociais.

Anexo 1 – Síntese do Plano de Trabalho 2019-2021 do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC

Grupo de Trabalho instituído para o desenvolvimento do Tema: Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios

Proposta de Iniciativa: Fortalecer a transparência e a integridade pública em municípios		
Proposto por: CGU		
Justificativa da proposta: A CGU tem novo programa de fomento à adoção de medidas de transparência, integridade em municípios, mas este poderia ser potencializado pelo envolvimento de parceiros do CTPCC. Alinhamento com as ações previstas no 4º Plano de Ação da OGP.		
Coordenação: Controladoria-Geral da União		
Co-responsáveis pela iniciativa	Governo	Ministério da Economia
	Sociedade Civil	Agenda Pública
		Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
		Conselho Nacional de Controle Interno
Objetivo da iniciativa		Trazer contribuições dos atores do Conselho para o Programa Time Brasil
Produtos esperados		Acompanhamento do Piloto do Programa Time Brasil Acompanhamento dos planos de ação municipais Capacitação de gestores municipais Proposta de ampliação e estratégia para o Programa Time Brasil
Implementação até		Março 2021
Ações essenciais (verificáveis e mensuráveis) para o cumprimento da iniciativa		
Análise e identificação de estratégias para potencializar a ação da OGP		
Apresentação do programa ao CTPCC e análise da primeira rodada do piloto		
Identificação de melhoria e formas de complementar e potencializar o programa		
Propor ação com sociedade civil para dar capilaridade e promover a sustentabilidade do controle social		
Monitoramento do Piloto e identificação de ajustes		
Mapeamento e identificação de parcerias que possam potencializar as ações do programa		

Anexo 2 – Ata da reunião realizada em 15 de julho de 2020

Primeira Reunião do Grupo de Trabalho (GT) instituído para o desenvolvimento do Tema: Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios

Data:15.07.2020 **Horário:**10h30min

Participantes:

Controladoria-Geral da União	Adenisio Álvaro Oliveira de Souza	adenisio.souza@cgu.gov.br
	Daniel Aguiar Espínola	daniel.espinola@cgu.gov.br
	Fulvio Eduardo Fonseca	fulvio.fonseca@cgu.gov.br
	Maria Francisca Santos Abrita Moro	maria.moro@cgu.gov.br
Ministério da Economia	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	aeci@fazenda.gov.br
Agenda Pública	Sérgio Andrade	sergio.andrade@agendapublica.org.br
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Paula Oda	paula.oda@ethos.org.br
	Maria Ferro	marina@ethos.org.br
Conselho Nacional de Controle Interno	Renata Rezende	renatak.rezende@pbh.gov.br
	Cláudia Fusco	
	Virgílio Queiroz	

Objetivo do GT: Trazer contribuições dos atores do Conselho para o Programa Time Brasil

Produtos esperados:

Acompanhamento do Piloto do Programa Time Brasil
Acompanhamento dos planos de ação municipais
Capacitação de gestores municipais
Proposta de ampliação e estratégia para o Programa Time Brasil

Implementação: março de 2021

Ações:

Análise e identificação de estratégias para potencializar a ação da OGP
Apresentação do programa ao CTPCC e análise da primeira rodada do piloto
Identificação de melhoria e formas de complementar e potencializar o programa
Propor ação com sociedade civil para dar capilaridade e promover a sustentabilidade do controle social
Monitoramento do Piloto e identificação de ajustes
Mapeamento e identificação de parcerias que possam potencializar as ações do programa

Coordenação: Controladoria-Geral da União			
Co-responsáveis iniciativa	pela	Governo	Ministério da Economia
		Sociedade Civil	Agenda Pública
			Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
			Conselho Nacional de Controle Interno

1. Tópicos

1.1. Apresentação do Time Brasil

O programa Time Brasil foi apresentado pelo coordenador-geral Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, com apoio da equipe responsável, Daniel Aguiar Espínola, Fúlvio Eduardo Fonseca e Maria Francisca Santos Abritta Moro. Durante a exposição foram repassadas informações sobre o projeto piloto em andamento no Estado de Goiás, com apoio da Controladoria-Geral do Estado e Ministério Público. Informou também sobre a gestão interna da CFECS para customização do e-aud, para monitoramento dos planos de ação. Ressaltou-se o momento de pandemia vivido no Brasil durante o desenvolvimento do Time em Goiás. Para suporte à execução dos planos de ação a equipe organizou as trilhas com materiais sobre transparência, integridade pública e participação social, e conta com o Grupo de Trabalho, constituído com representantes das secretarias da CGU: SFC, OGU, CRG, SCC, que fazem a interlocução com a equipe da CFECS, provendo a assistência técnica necessária para os grupos de trabalhos dos municípios. Também foi mencionado sobre o instrumento para autodiagnóstico, a Matriz TIP, utilizada por estados e municípios, com itens organizados em três eixos: Transparência, Integridade e Participação. Na oportunidade, o coordenador da iniciativa, Alvaro, convidou as entidades da sociedade civil que compõem o GT para participarem do acompanhamento dos planos de ação, quando o programa for implantado nos demais estados. O compartilhamento das experiências e boas práticas desenvolvidas em municípios, pelas entidades que fazem parte do GT, lembrando ser este o objetivo da iniciativa 3.5, trazer contribuições dos atores do Conselho para o Programa Time Brasil. Assim, conta com os participantes para expandir o programa de forma segura. Faz-se necessário também avaliar

o piloto, após a finalização dos planos de ação. Além disso, o coordenador Alvaro informou aos participantes que podem contribuir com as Trilhas TIP enviando material que as entidades tenham produzido para municípios, relacionadas aos eixos do programa.

1.2. Contribuições dos participantes

CONACI – colocou-se à disposição para contribuir na elaboração de modelos de normas para o programa Time Brasil, tanto pela experiência, quanto pela diversidade de membros que o compõe, ou seja, em estados, municípios e da própria União. Citou que tem profissionais com essa experiência em Aracati, Itabirito e Niterói que podem contribuir e considerou importante a CFECS compartilhar com o CONACI essa produção.

Mencionou ter conhecimento que a CGU está propondo uma legislação para instituir um sistema de controle interno dos municípios, sendo essa uma proposta complexa por causa da diversidade que tem no Brasil , pois não sabemos como está estruturado o controle interno nos pequenos municípios e sua respectiva capacidade, qual estrutura que ele tem. Para tanto, o CONACI tem um projeto junto com o Banco Mundial para **diagnóstico nacional do controle interno**. O projeto seria aplicado aos municípios, com apoio da CNM na divulgação e incentivo à participação destes para responderem o questionário que contempla as macrofunções do controle interno, na linha do que a CGU faz. Devido à pandemia reduziram o escopo do projeto a **capitais e estados**. Apenas 04 capitais não fazem parte do CONACI. Tiveram retorno de 90% de respostas e o resultado estará pronto em agosto. A partir daí o CONACI quer propor estruturas mínimas para estados e capitais. Contudo, o Banco Mundial determina o prazo de junho de 2021 para o CONACI aplicar o projeto em todos os municípios. Busca o apoio da CGU e das entidades da sociedade civil para mobilização dos municípios. **Sugeriu a CGU para aguardar a elaboração das normas após a aplicação do estudo e resultados, visando mais assertividade nas propostas de normas e até de arranjos para organização do controle interno, pois existe**

proposta de consórcios para municípios menores. Ressaltou a importância de uma organização nacional das diferentes iniciativas da CGU, do CONACI, da ENCLA que está propondo também, pela Iniciativa 5, um questionário para diagnóstico, evitando, assim, vários questionários.

Perguntou se o Time Brasil tem a intenção de manter a capacitação aos municípios e colocou o CONACI à disposição para organizar cursos **EAD**, visando alcançar os municípios durante esse período da pandemia e auxiliar na comunicação, divulgando os cursos e outras atividades no site do CONACI e em suas redes sociais. Sugeriu também estabelecer um plano de comunicação. A ARCO, liderada pelo Tribunal de Minas Gerais, fará uma avaliação da Transparência nos municípios e sugeriu que a CFECS faça a apresentação do Time Brasil.

Agenda Pública – comentou os desafios da descentralização de um programa federal, tais como escala, comunicação, mobilização, mas por outro lado, não é um desafio de agenda, pois existe o interesse pelo tema, provavelmente, pelo esforço realizado anteriormente pela sociedade civil e governo. Quem são os atores chaves para implementação do Time Brasil. Arrisca dizer que os **servidores podem ser o ator chave do Time**, pela motivação, respaldo legal e compromisso, mas falta estímulo. É um chamado para o servidor da prefeitura. Esse trabalho de construção dos planos, ainda que o compromisso de avanços da transparência no município dependa, fundamentalmente, da liderança, os servidores têm papel essencial na continuidade das ações. Propôs a equipe do Time **desenvolver estratégia mais focada no servidor**. Conectar essa agenda com a retomada dos municípios pós pandemia, considerando as dificuldades e estabelecendo estratégias com maior potencial pedagógico, aproveitando os arranjos institucionais e territoriais existentes, por exemplo, das regiões de saúde ou outros, promovendo o aprendizado entre pares, pois os municípios competem entre si. Ressaltou que a CGU pode explorar mais o seu papel, pois tem “autoridade” junto aos municípios pela capacidade técnica, mas em termos de linguagem pedagógica **abandonar a linguagem normativa e abandonar o deve fazer, por uma linguagem incremental e propõe estimular a comparação entre municípios de mesma realidade.**

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – propôs rever o objetivo e as ações propostas na iniciativa, destacando como pontos para discussão sobre a limitação de atuação e capilaridade do Time Brasil, pois são temas difíceis para municípios. Cita, por exemplo, os agentes de governo aberto de São Paulo, como proposta para pensar nessa questão, não esquecer desse desafio de ganho de mais força e atuação. Propôs alinhar o que a EBT avalia, com o Time Brasil.

2. Encaminhamentos:

2.1. Organizar um cronograma de reuniões;

2.2. Compartilhar os planos de ação;

2.3. Discutir: a avaliação do projeto piloto; estratégias para mobilização e envolvimento dos servidores; arranjos regionais e estratégias de capilarização do Time Brasil.

Anexo 3 – Ata da reunião realizada em 27 de novembro de 2020

Segunda Reunião do Grupo de Trabalho (GT) instituído para o desenvolvimento do Tema: Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios

Data:27.11.2020 **Horário:**10h30min

Participantes:

Controladoria-Geral da União	Adenisio Álvaro Oliveira de Souza	adenisio.souza@cgu.gov.br
------------------------------	-----------------------------------	--

	Daniel Aguiar Espínola	daniel.espinola@cgu.gov.br
	Fulvio Eduardo Fonseca	fulvio.fonseca@cgu.gov.br
	Maria Francisca Santos Abrita Moro	maria.moro@cgu.gov.br
Agenda Pública	Sérgio Andrade	sergio.andrade@agendapublica.org.br
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Paula Oda	paula.oda@ethos.org.br
Conselho Nacional de Controle Interno	Renata Rezende	renatak.rezende@pbh.gov.br

Objetivo do GT: Trazer contribuições dos atores do Conselho para o Programa Time Brasil

Produtos esperados:

Acompanhamento do Piloto do Programa Time Brasil
Acompanhamento dos planos de ação municipais
Capacitação de gestores municipais
Proposta de ampliação e estratégia para o Programa Time Brasil

Implementação: março de 2021

Ações:

Análise e identificação de estratégias para potencializar a ação da OGP
Apresentação do programa ao CTPCC e análise da primeira rodada do piloto
Identificação de melhoria e formas de complementar e potencializar o programa
Propor ação com sociedade civil para dar capilaridade e promover a sustentabilidade do controle social

Monitoramento do Piloto e identificação de ajustes
Mapeamento e identificação de parcerias que possam potencializar as ações do programa

Coordenação: Controladoria-Geral da União		
Co-responsáveis pela iniciativa	Governo	Ministério da Economia
	Sociedade Civil	Agenda Pública
		Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
		Conselho Nacional de Controle Interno

1. Tópicos

Objetivo: discutir a avaliação do Time Goiás

Discussão pelas entidades participantes:

CONACI: apresenta, novamente, a disposição de trabalhar o projeto do CONACI sobre os tipos de controladoria, por porte de municípios com apoio da CGU. Segundo Renata essa proposta, ou seja, o projeto junto com o Banco Mundial para **diagnóstico nacional do controle interno**, mencionado na primeira reunião (15/07), tem tudo a ver também com TIME, pois, existem itens sobre controle interno contemplados na Matriz. Considera importante ter um alinhamento entre as orientações do CONACI e da CGU sobre controladorias. Propõe a elaboração de documento com orientações sobre a estruturação mínima de controladorias, do CONACI com a CGU e faz referência ao manual produzido pela CGU como o guia metodológico para Estados e municípios

CFECS: informa que a equipe do Time Brasil trabalhou nova proposta da Matriz, por eixos e níveis, contemplando as diferentes realidades dos municípios, com linguagem cidadã. Considera sim, ser possível essa atuação conjunta, CONACI e CGU, no âmbito do Time Brasil. Vislumbra as controladorias estaduais como parceiras do Time, como foi em Goiás, onde a CGE-GO participou, inclusive, do monitoramento dos planos de ação. Propõe ao **CONACI**, complementando a proposta recebida, a elaboração de parâmetros e estes podem subsidiar os municípios no que tange a implantação das funções de controladoria. Esses parâmetros podem ser utilizados pelos municípios, no campo solução, do plano de ação.

AGENDA PÚBLICA: no sentido de colaborar com a discussão, é importante a apropriação pelos entes do plano implementado, considerando as competências dos servidores municipais e também considerando o próximo ano, que não será trivial, em detrimento da situação acarretada pela pandemia, ou seja, como os municípios irão gerar emprego e renda e proteção social serão prioridades, concordando com a exposição do CONACI. Propõe investirmos no tema Governo Aberto, onde Integridade e Transparência pudessem ser temas centrais para um “Estado mais Aberto. Temos uma metáfora campeã do ponto de vista da comunicação, a começar pelo nome do programa, uma metáfora “futebolística”. Além da comunicação forte, outro ponto é a questão pedagógica, concordando com a proposta do CONACI de elaborar alguns “cases”, no padrão Harvard Kennedy School, por tipo de implementação e talvez Goiás possa nos dar alguns, possibilitando a comparação entre municípios ou cluster de municípios, bem como a realização de webinars, incentivando a aprendizagem por pares, mas teremos disputas de agendas, portanto a criatividade será importante para facilitar a vida dos que se comprometerem.

CFECS: o propósito dessa reunião é esse, contar com a colaboração deste GT do CTPCC para avaliar o projeto realizado em Goiás, até para produzir os cases sugeridos, avaliar o que deu certo e como podemos melhorar. Estamos contratando um consultor para avaliar o Time em 2021, pois a proposta é a expansão do programa, atuar numa linha Nacional, porém queremos também a visão do CTPCC, considerando que este plano encerra em março. Os planos de ação dos doze municípios estão disponíveis no site e a equipe responsável pelo Time Brasil no âmbito da CFECS está disponível para o diálogo com vocês.

Equipe Time Brasil: concorda com a proposta da produção de casos, talvez não como a escola de governo de Havard, geralmente com 50 páginas, mas semelhantes aos produzidos para os encontros da Rede SIC, com textos mais concisos e direcionados por faixas de municípios. Essa proposta vem de encontro com o projeto de boas práticas, não realizado em 2020.

CFECS: para 2021 vislumbramos capacitações online para o Time Brasil e ainda não temos o orçamento disponível para diárias e passagens para visitas presenciais, assim a inovação para ter mais atratividade para produzir diálogos que agregue realmente nessas capacitações. É importante pensarmos em estratégias para o Time Brasil adequadas à realidade da administração pública. A equipe pode relatar como está a situação do Time em Goiás para discutirmos a metodologia de avaliação.

Equipe Time Brasil: dos 12 municípios, 03 estão finalizando os planos de ação: Senador Canedo, Cidade Ocidental e Nerópolis. A nossa preocupação é não perder essas pessoas do grupo de trabalho para que possamos conversar ainda esse ano. Por essa razão agendamos essa reunião com este GT, considerando que a iniciativa se encerra em março de 2021. Por exemplo, o prefeito de Senador Canedo não foi reeleito, assim, se pudéssemos iniciar o processo de avaliação em dezembro deste ano, para encerrar em março com a entrega do relatório da iniciativa para o CTPCC, com os resultados que foram trabalhados durante esse período, seria interessante. A Controladora-Geral do Estado de Goiás nos questionou a continuidade do projeto em 2021, pois demonstraram interesse em manter a parceria, assim como o Ministério Público. Precisamos desenhar uma metodologia que contemple a escuta desses atores.

AGENDA PÚBLICA: o tempo é uma preocupação, pois início de gestão tem-se a “dança das cadeiras”. Assim, talvez eles possam responder ao formulário de prática, algo que nos dê mais insumos, para além do plano, qual o resultado alcançado, os avanços reais. Podemos promover um encontro com os municípios realizando um webinar, por perfil de município e gravado.

CFECS: consideramos a proposta boa e podemos organizar a reunião com os Grupos de Trabalhos Municipais (GTMs). Pensamos também em reunião com a secretária da STPC, Cláudia Taya, para devolutiva dos resultados do Time em Goiás, até 17/12/2020. Os planos e os comprovantes já estão públicos no site do Time Brasil.

Equipe Time Brasil: concordamos com a proposta de realizarmos esse processo agora em dezembro. Para além das questões pontuadas, é bom também avaliar se os GTMs conseguiram dar acesso aos cidadãos em relação aos planos executados, pois uma parte do compromisso é dar publicidade ao plano e compartilhar isso com a sociedade. Essa é uma questão para avaliarmos e provavelmente teremos uma resposta por parte dos GTMs que não foi tão simples por conta da pandemia, mas é um ponto que não podemos perder de vista, ou seja, essa interação com os cidadãos. Os municípios aderentes ao apresentarem e desenvolverem um plano recebem suporte da CGU e dos órgãos que se colocam à disposição, mas precisam cumprir o compromisso de envolverem a sociedade, se não com os itens do próprio plano, mas dando publicidade das ações realizadas. Nós enviamos para a Agenda Pública a matriz na linguagem técnica com esboço de linguagem cidadã e simples para que a pudessem nos auxiliar na melhor forma de apresentar uma matriz que tem uma linguagem muito técnica para gestores e servidores, mas é necessário uma linguagem cidadã para o acompanhamento do Plano pela sociedade.

CFECS: temos três tópicos para ser avaliados: a sensibilização, o monitoramento e o resultado. São três linhas que podemos avaliar. Em Goiás a sensibilização ocorreu de forma presencial, convidamos os 246 municípios. Podemos sair daqui com uma tarefa de casa no sentido de tentar marcar essa reunião com a participação do CTPCC.

Agenda Pública: outra sugestão é aproveitar o nome do programa, para o envolvimento e continuidade dos que ficaram no Time Goiás, por meio do envolvimento das pessoas, tal como a experiência vivenciada com a implementação em Pernambuco dos conselhos de educação. Formar os Times estaduais até a promoção do encontro do Time Brasil, promovendo a cultura da Transparência e Integridade, pois a vida acontece nos municípios.

2. Encaminhamentos:

2.1. Elaborar e aplicar o questionário aos municípios aderentes;

2.2. Organizar reunião de avaliação e devolutiva, considerando três linhas: sensibilização, monitoramento e avaliação;

2.3. Produzir, com esses insumos, o relatório para apresentar em março ao CTPCC.

Anexo 4 – Ata da reunião realizada em 18 de março de 2021

Terceira Reunião do Grupo de Trabalho (GT) instituído para o desenvolvimento do Tema: Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios

Data:18.03.2021 **Horário:**10h30min

Participantes:

Controladoria-Geral da União	Adenisio Álvaro Oliveira de Souza	adenisio.souza@cgu.gov.br
------------------------------	-----------------------------------	--

	Daniel Aguiar Espínola	daniel.espinola@cgu.gov.br
	Fulvio Eduardo Fonseca	fulvio.fonseca@cgu.gov.br
	Maria Francisca Santos Abrita Moro	maria.moro@cgu.gov.br
Ministério da Economia	Karita Lopes	k1d2m3@gmail.com
Agenda Pública	Sérgio Andrade	sergio.andrade@agendapublica.org.br
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Paula Oda	paula.oda@ethos.org.br
Conselho Nacional de Controle Interno	Renata Rezende	renatak.rezende@pbh.gov.br

Objetivo do GT: Trazer contribuições dos atores do Conselho para o Programa Time Brasil

Produtos esperados:

Acompanhamento do Piloto do Programa Time Brasil
 Acompanhamento dos planos de ação municipais
 Capacitação de gestores municipais
 Proposta de ampliação e estratégia para o Programa Time Brasil

Implementação: março de 2021

Ações:

Análise e identificação de estratégias para potencializar a ação da OGP
 Apresentação do programa ao CTPCC e análise da primeira rodada do piloto

Identificação de melhoria e formas de complementar e potencializar o programa
Propor ação com sociedade civil para dar capilaridade e promover a sustentabilidade do controle social
Monitoramento do Piloto e identificação de ajustes
Mapeamento e identificação de parcerias que possam potencializar as ações do programa

Coordenação: Controladoria-Geral da União		
Co-responsáveis pela iniciativa	Governo	Ministério da Economia
		Agenda Pública
	Sociedade Civil	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
		Conselho Nacional de Controle Interno

3. Tópicos

Objetivo: avaliação final das atividades do GT da Iniciativa 3.5 - Fortalecer a transparência e a integridade pública em estados e municípios e relatório a ser entregue à secretaria executiva do CTPCC ao final do mês de março.

A ata é uma síntese das avaliações e propostas, extraídas de um documento de transcrição da reunião de dez páginas, à partir da gravação da reunião.

CFECS: Adenisio Alvaro Oliveira de Souza apresenta os objetivos da terceira e última reunião do Grupo de Trabalho (GT) da iniciativa 3.5 - Fortalecer a transparência e a integridade pública em estados e municípios. Ressalta a importância da continuidade das parcerias para o trabalho do Time Brasil, mesmo com a finalização do GT.

Informa aos participantes da reunião que o Time Brasil foi ampliado para os demais estados, além de Goiás, Rondônia e Santa Catarina, com toda cautela ao processo de adesões para trabalhar bem esse ano. Os Núcleos de Ações de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção (NAOPs) assumirão de 2 até 10 municípios, de acordo com a capacidade operacional.

Apresenta por meio de slides, em anexo a essa ata, as questões solicitadas para subsidiar a elaboração do relatório do GT. A nossa iniciativa no GT do CTPCC foi o fortalecimento da Transparência e Integridade em municípios e estados, especificamente o Time Brasil. Os produtos esperados são: a) o acompanhamento

do piloto do programa em Goiás; b) o acompanhamento dos planos de ação municipais; c) a capacitação de gestores; e, d) a proposta de ampliação do programa Time Brasil. Foi definido na reunião realizada em 27 de novembro de 2020 a aplicação de um questionário de avaliação aos gestores municipais e a realização de reunião com as equipes responsáveis pelos planos de ação, que, por sinal, foi bem construtiva e ouvimos muitos depoimentos para melhorias do programa.

Sintetiza o projeto piloto: foram realizadas duas oficinas, uma em Uruaçu, outra em Goiânia, 270 pessoas capacitadas, 246 municípios foram mobilizados para participar, 89 municípios participaram dos eventos e desses 12 assumiram plano de ação. Acompanhamos a condução desses planos de ação publicados na página do Time Brasil e informados ao GT na última reunião para análise das ações realizadas. Podemos apresentar na próxima reunião do CTPCC os resultados do piloto realizado em Goiás.

Solicita aos participantes revisarem os planos de ação para análise das ações, sugestões e críticas para produção do relatório e a contribuição dessa estratégia para potencializar a ação da Parceria para Governo Aberto (OGP). Desde o 3º Plano de Ação da OGP tem iniciativas municipais e podemos potencializar com os planos de ação do Time Brasil.

Lembra que um dos itens do plano de trabalho do GT é a identificação de parcerias que possam potencializar o programa. Informa a proposta de realização de uma série de webinars com a disponibilização dos vídeos, além de outras atividades para potencializar as ações do Time, por meio de cursos EaD, como o curso sobre a LAI, disponível na plataforma da AVAMEC e a atualização das Trilhas TIP em andamento pela equipe do Time. Consideramos o Time Brasil uma ferramenta essencial, pois quando o prefeito assume com a CGU o compromisso, por meio do Termo de Adesão. Fornecemos o apoio de capacitação, como fazíamos no Fortalecimento da Gestão, mas, também suporte para regulamentação, trilhas de transparência, integridade e participação. E na reunião realizada com os 12 municípios de Goiás todos manifestaram interesse na continuidade do programa. E pela experiência do Instituto Ethos e da Agenda Pública, a Paula Oda e o Sérgio Andrade podem complementar, pois atuam muito nesse campo. Outro aspecto importante é a participação da sociedade civil para acompanhar a execução dos planos de ação do município, sendo necessário estabelecer estratégias para essa atuação.

Todas essas propostas terão que ser alinhadas com o secretário da STPC, pois, teremos mudança de comando da pasta.

CONACI: Renata Rezende aponta a importância da sistematização dos casos do piloto realizado em Goiás, para compartilhar com outros municípios, considerando o intercâmbio entre os próprios gestores por similaridades de porte, estrutura e necessidades de melhorias.

Agenda Pública: Sérgio Andrade aponta a necessidade de rever o resultado da pesquisa realizada junto aos municípios, o que nos ajudará a ter uma impressão mais qualificada, pois dará mais insumos para avaliar o que houve após aquela rodada anterior da nossa conversa (segunda reunião realizada em 27 de novembro de 2020). Sugere outra reunião para apresentação e discussão sobre outras ferramentas pedagógicas e o uso das redes sociais para trabalhar escala, com a iniciativa ampliada para o Brasil. Propõe não perder de vista, principalmente da comunicação, a narrativa, ou, a disputa de narrativas sobre a corrupção, na atual conjuntura de pandemia e chama a atenção para algumas experiências interessantes que estão ocorrendo na Espanha.

Equipe Time Brasil: Maria Moro resgata a proposta apresentada pelo CONACI nas reuniões anteriores, sobre o diagnóstico dos tipos de controladoria implantadas nos municípios, para depois se estabelecer os modelos de controladorias, como um desafio também para o Time Brasil. Acrescenta outros dois desafios: o engajamento da sociedade civil para acompanhar os planos de ação e o processo de formação dos servidores para implementação do plano de ação elaborado. Informa sobre as alterações realizadas na Matriz TIP, após a avaliação do piloto realizado em Goiás, para facilitar os gestores no momento de elaboração do plano de ação. Daniel Espínola informa sobre as discussões internas relacionadas a escala e a proposta de adesão de algumas capitais com número expressivo de habitantes, tais como São Paulo e o Rio de Janeiro. Reitera a concordância com a proposta da Renata para produzirmos materiais técnicos mais práticos e informa sobre o desenvolvimento de novos materiais do Time Brasil para as Trilhas TIP, assim, os Webinar que serão um reforço do conteúdo, a partir das demandas dos municípios aderentes.

CEFECS: Adenisio Alvaro Oliveira de Souza considera o Governo Aberto importante para trabalhar nessa perspectiva de se tirar essa armadura tanto da administração, quanto da sociedade civil que atuam como se fossem inimigos, nessa questão apontada das disputas de narrativas e o Time Brasil também pode atuar nessa perspectiva, inclusive em parceria com outros órgãos que atuam no controle, como o Ministério Público.

Realizado durante a reunião:

1. Enviado por e-mail a apresentação realizada na reunião dia 16 de dezembro de 2020, com os resultados da pesquisa.

Encaminhamentos:

1. Enviar a ata da reunião aos membros do GT;
2. Elaborar o relatório do GT e enviar para a secretaria executiva;
3. Manter as discussões sobre o Time Brasil com as instituições deste GT, mesmo após o seu encerramento;

4. Propor a continuidade de um grupo de trabalho para acompanhar as atividades de fortalecimento da transparência, integridade e participação em estados e municípios.

Próxima pauta:

1. Sistematização dos casos: CONACI
2. Ferramentas pedagógicas e redes sociais: Agenda Pública